

**“DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSOR:  
RESULTADOS FINAIS”**

Marina GAMA CUBAS DA SILVA  
(Orientadora): Profa. Dra. Terezinha de J. M. Maher

**RESUMO:** A Iniciação Científica apresentada analisou os discursos produzidos por licenciandos do último ano de Pedagogia da UNICAMP de modo a verificar as representações que esses alunos constroem acerca de diferentes variedades da língua portuguesa e das identidades dos falantes dessas variedades. Para tanto, expusemos os sujeitos de pesquisa a amostras, gravadas em áudio, de diferentes variedades sociolinguísticas do português e, em seguida, os entrevistamos. O conjunto de entrevistas obtidas constitui o *corpus* analisado. A análise do *corpus* gerado por esses procedimentos revelou a existência de preconceito linguístico entre os sujeitos de pesquisa, dando indícios sobre a formação dos licenciandos para considerar o respeito à diversidade linguística em seu futuro exercício da docência.

**Palavras-chaves:** linguística aplicada, diversidade linguística, preconceito linguístico, formação de professores, variedade sociolinguística.

A pesquisa realizada entre agosto de 2007 e julho de 2008, resultado da Iniciação Científica financiada pela PIBIC/CNPq, buscou analisar os discursos produzidos por licenciandos do último ano de Pedagogia da UNICAMP com o objetivo de examinar as representações (HALL, 1997) que esses alunos constroem das diferentes variedades da língua portuguesa e das identidades dos falantes dessas variedades. É importante esclarecer que, para perseguir nosso objetivo, consideramos a noção de *representação* proposta por Hall:

A representação é o processo através do qual os membros de uma cultura usam a linguagem (definida, grosso modo, como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema de significação) para produzir significados. Essa definição implica no importante pressuposto de que as coisas – objetos, pessoas, eventos – não possuem qualquer significado fixo, final ou verdadeiro. Somos nós – na sociedade, no interior das culturas humanas – que fazemos as coisas significarem, que significamos. Os significados, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura para outra, de um período para outro. (HALL, op.cit., p. 61).

Os sujeitos de pesquisa foram expostos a 03 diferentes falas espontâneas, gravadas em áudio, com as seguintes características:

- (1) um falante cuja a fala coincidissem com o que o senso comum indica como um “mau português”;
- (2) um falante cuja fala poderia se classificada como estando no meio do *continuum* “português culto” e “português errado”;
- (3) e um terceiro falante cuja fala refletisse o que normalmente se classific como “português culto”.

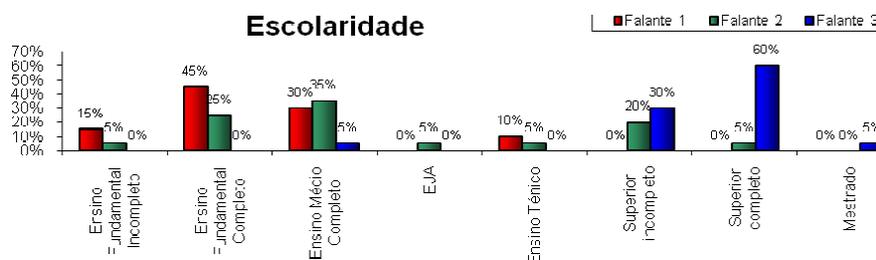
Para elicitare a representacao dos licenciandos acerca das identidades dos falantes de cada uma das amostras, bem como da variedade sociolinguística do português nelas presente foi-lhes solicitado que descrevessem o modo como imaginavam ser o falante da amostra em questão (1ª Etapa). Em seguida, solicitamos que respondessem algumas questões pontuais como profissão, crença religiosa, escolaridade etc (2ª Etapa). e, por fim, pedimos que os sujeitos comparassem as três falas de diferentes formas (3ª Etapa).

\*\*\*

Uma das informações mais significativas a respeito das diferenças apontadas entre os três falantes, refere-se ao grau de escolaridade atribuído a cada um deles.

O Gráfico 1, abaixo, revela a diferença do nível de escolaridade atribuído para o Falante 1 – aquele cuja fala é identificada pelo senso comum como um “mau português” – em comparação ao Falante 3 – aquele cuja fala refletiria é identificada como “português culto”. Enquanto ao primeiro foi conferido baixa escolaridade pela maioria dos entrevistados (60% dos entrevistados afirmaram que o Falante 1 teria o Ensino Fundamental incompleto ou completo), ao terceiro foi atribuído o nível superior (Ensino Superior incompleto, completo e Mestrado) por 95% dos licenciandos. Os dados sugerem que, para os entrevistados, parece haver uma relação estreita entre escolarização e formas de falar – falar “bem” a língua materna parece ser primazia dos que têm acesso à educação formal.

**Gráfico 1**



Outra informação relevante presente na 2ª Etapa de entrevista diz respeito à profissão que os sujeitos de pesquisa sugeriram para os falantes. Considerando que, nessa questão, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta como profissão, expomos aqui as profissões mais recorrentes sugeridas para cada falante.

Os entrevistados atribuíram ao Falante 3 profissões como “professor” ou “advogado”, profissões essas que, além de exigirem um grau de instrução maior, são prestigiosas na sociedade. Já o Falante 1 foi relacionado a trabalhos que exigem grau de escolaridade menor e têm pouco prestígio social: grande parte dos licenciandos o relacionou a “serviços braçais”, “operários de fábrica” ou “pedreiros”. Novamente, a atribuição de determinadas profissões se deu conforme a maneira de falar dos falantes nas gravações. Assim, as informações e os depoimentos dos entrevistados parecem demonstrar que, para eles, os empregos mais valorizados e melhor remunerados estariam automaticamente reservados aos falantes da variedade “padrão” do português, nunca sendo ocupados de falantes de outras variedades sociolinguísticas do português.

É curioso observar que, embora alguns dos entrevistados tenham admitido o risco de parecerem preconceituosos, não deixaram de atribuir características estereotipadas aos falantes:

*Pode parecer preconceito, mas pela forma como ele fala e por parecer uma pessoa simples, talvez um emprego... assim... não sei, um pedreiro ou um operário (ENTREVISTADO Q).*

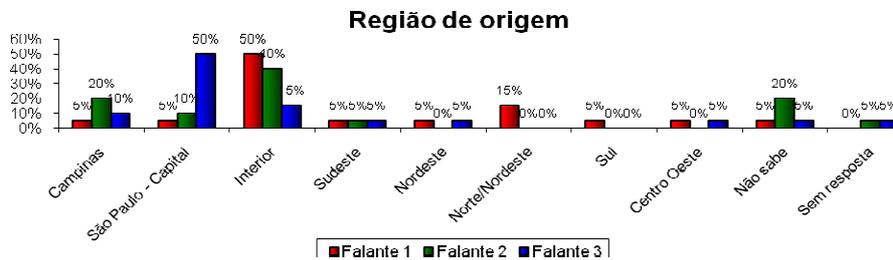
*Pela forma de ele falar. Infelizmente, a gente tem um monte de preconceito com relação a isso. É meio preconceituoso a gente falar sobre uma profissão pelo jeito que a pessoa fala ou você imaginar uma pessoa só pelo jeito que a pessoa fala, porque ela não fala um português correto, não usa uma linguagem de quem teve uma chance de estudo (...) Mesmo a gente que estuda, a gente fala um tanto de coisa errada, mas eu acho que pela forma que ele fala, ele não deve ter um emprego burocrático (...) talvez trabalhe mais na parte de fábrica, na parte manual (ENTREVISTADO E).*

É preciso salientar a noção de linguagem com que o entrevistado E opera: *Mesmo a gente que estuda, a gente fala um tanto de coisa errada*. Essa noção equivocada de linguagem – há formas “correta” e “incorretas” de se falar – aparece em várias outras entrevistas, como veremos na análise da 3ª Etapa.

Em relação à atribuição de uma profissão para a Falante 2, obtivemos um resultado considerado, por nós, inesperado. Muitos dos licenciandos (50% dos entrevistados) sugeriram que a falante tivesse como ocupação o “trabalho no lar”. Considerando que ela é a única mulher entre os três falantes, isso parece ser um indício de outro preconceito, que não o preconceito linguístico, presente em nossa sociedade: o preconceito contra a mulher. Esse dado se torna mais surpreendente se considerarmos que, dos 20 licenciandos entrevistados, 19 eram mulheres. Cumpre notar que as outras duas profissões mais mencionadas foram “secretária” e “trabalhadoras do comércio”, o que reforça a nossa impressão de sexismo entre os entrevistados.

Quando perguntados sobre qual seria a região de origem dos falantes, podemos ver, no Gráfico 2, que metade dos entrevistados afirmou que o Falante 1 provinha de uma cidade do interior da região Sudeste e metade dos entrevistados atribuiu a cidade de São Paulo como origem do Falante 3. A respeito da Falante 2, 40% achavam que ela vinha do interior e 20% que ela era da cidade de Campinas.

**Gráfico 2**

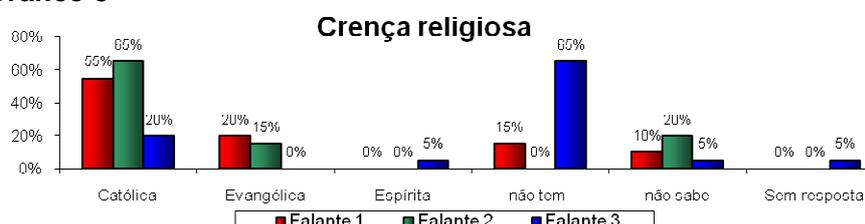


É possível supor que, no imaginário dos entrevistados, falantes que mais se aproximam da norma “cult” e que têm um alto nível de escolarização são automaticamente provenientes de cidade “desenvolvidas”, “progressistas”, como as capitais (São Paulo) e metrópoles (Campinas), enquanto que falantes que não dominam o português, que têm pouca escolarização, viriam de regiões mais “atrasadas” do país. A ideia de interior, para grande parte dos falantes que atribuíram tal origem para o Falante 1, está relacionada ao meio rural. Uma dos

sujeitos de pesquisa chegou a referir-se a esse falante como um “matuto”, ou seja, uma pessoa que, por ter vindo da roça, seria ignorante, pouco inteligente.

Os dados relativos à suposta crença religiosa dos três falantes, parecem apontar para algo relevante também. O Falante 3, que obteve maior grau de escolaridade, na representação feita por 65% dos sujeitos da pesquisa, é alguém que não seguiria qualquer crença religiosa. Já os Falantes 1 e 2, segundo, respectivamente, 75% e 80% dos entrevistados, seguiriam os preceitos de alguma religião.

**Gráfico 3**



Embora os dados analisados não nos permitam fazer qualquer afirmação categórica, é possível supor, ainda que apenas hipoteticamente – é importante lembrar que este foi um estudo meramente exploratório –, estarmos diante de dois paradigmas de representação do real: falantes da assim chamada “norma culta” do português seriam pessoas racionais, com alto nível de escolarização, que exerceriam profissões prestigiadas socialmente e que seriam provenientes de centros urbanos progressistas. Por outro lado, os falantes de português considerado “subpadrão”, teriam baixa escolaridade, exerceriam profissões mal remuneradas e de pouco prestígio social, seriam provenientes de regiões menos desenvolvidas e não seriam pessoas orientadas pela racionalidade, daí suas filiações religiosas. Evidentemente, outras investigações seriam necessárias para verificar se essa hipótese se sustenta.

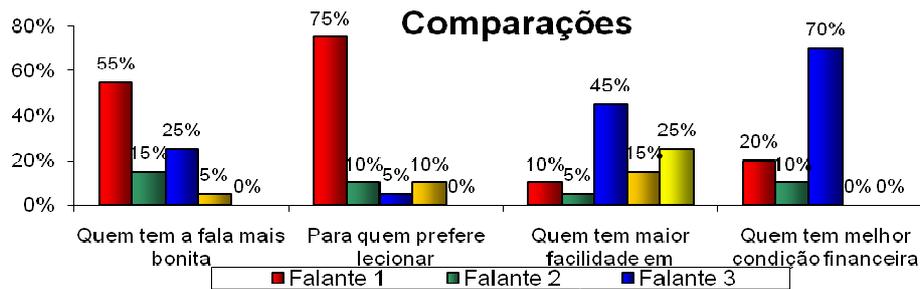
Na 3ª Etapa da entrevista, pedimos que os licenciandos comparassem as falas e os falantes das três amostras e, em seguida, respondessem quatro perguntas específicas (*Qual a fala é a mais bonita? Para qual dos falantes você preferiria lecionar? Qual dos falantes tem mais facilidade em aprender? Qual dos falantes tem melhor condição financeira?*). Novamente aqui, a forma de falar dos falantes foi, como esperado, a base para grande parte das comparações.

O depoimento abaixo retrata bem o que parte dos entrevistados concluíram:

*Houve uma certa evolução nos discursos em termos de expressividade, de oralidade, de verbalização (...). O primeiro deu uma conotação de ser uma pessoa mais simplória, mais simples (...), não somente pelo léxico, mas a entonação e o modo de*

falar. A segunda pessoa já me pareceu um meio termo (...). O outro tem uma certa preocupação em alimentar a cultura, os saberes e o conhecimento... (ENTREVISTADO T)

**Gráfico 4**



Como esperávamos que acontecesse, grande parte dos entrevistados indicou, nas respostas às perguntas *Quem tem a fala mais bonita?*, *Quem tem maior facilidade em aprender?* e *Quem tem melhor condição financeira?*, o Falante 3. Entretanto, as respostas à segunda pergunta (*Para quem prefere lecionar?*), de alguma forma nos surpreendeu, pois esperávamos que Falante 3 recebesse o maior número de indicações, por ter, para a maioria dos licenciandos, a fala mais bonita e para 45% deles, maior facilidade para aprender. Não foi isso o que ocorreu: 75% dos entrevistados afirmou que preferia lecionar para o Falante 1. A análise dos motivos dados pelos licenciandos para suas escolhas nos ajudam a interpretar esses dados.

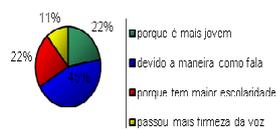
**Gráfico 5**

Motivo pelo qual afirmaram ser a Fala 3 a mais bonita



**Gráfico 7**

Motivo pelo qual afirmaram que o Falante 3 tem mais facilidade em aprender



**Gráfico 6**

Motivo pelo qual preferem dar aula para o Falante 1



**Gráfico 8**

Motivo pelo qual afirmaram que o Falante 3 tem melhor condição financeira



Como claramente evidenciado nos gráficos acima, a maioria dos entrevistados justificou o fato de ter indicado o Falante 3 como o possuidor da fala mais bonita, como o que tinha maior facilidade em aprender e melhores condições financeiras baseado na maneira como ele falava (ver Gráfico 5, Gráfico 7 e Gráfico 8). Os depoimentos transcritos abaixo são testemunhos de que os licenciandos consideraram uma suposta maior “correção” e “acuidade” gramatical do Falante 3 para justificar suas respostas:

(1) Fala mais bonita

*O último porque as falas são mais claras, ele fala mais pausadamente, as construções... as conjugações são mais corretas.* (ENTREVISTADA O)

Observe-se que a entrevistada O, além de mencionar correção da forma (*as conjugações são mais corretas*), justifica a maior beleza da fala do Falante 3 também pela sua suposta maior clareza. É importante ressaltar aqui, no entanto, que nada justifica tal afirmação: também os Falantes 1 e 2 foram muito claros em suas exposições, não havendo nada que, objetivamente, indicasse a superioridade do Falante 3 com relação a este quesito. Vários outros depoimentos coletados nas entrevistas indicam que muitos licenciandos parecem associar, injustificadamente, a variedade considerada “cult” do português a uma maior capacidade de expressão, mesmo quando essa associação era feita indiretamente como na resposta abaixo:

*Talvez pela identificação com um discurso mais sóbrio... (ENTREVISTADO S).*

## (2) Facilidade para aprender

*O último tem mais facilidade em aprender justamente pela clareza que ele tem... as frases que ele faz... ele é mais específico... (ENTREVISTADO P)*

*O terceiro, pela forma como ele fala. Acho que por ele falar dessa forma ele deve ter uma instrução de qualidade maior que os outros. Talvez ensino superior e ter ensino superior... a não ser que seja ensino superior público... pressupõe que a pessoa tem melhor condição (ENTREVISTADO Q)*

Observe-se, nos dois exemplos acima, a equiparação feita entre facilidade para aprender e forma de falar. Ao falante que mais se aproxima do que se convencionou denominar “variedade padrão” do português atribui-se, também equivocadamente, uma maior capacidade intelectual, embora saibamos que, do ponto de vista da ciência da linguagem, nada justifica, a priori, tal posição. Na base desses prejulgamentos parece estar novamente a noção de que há um modo “correto” e um modo “errado” de se falar a língua nacional e de que esse último atestaria uma menor capacidade cognitiva. O trecho abaixo é exemplar desse tipo de preconceito:

*Eu fui muito pelo jeito da pessoa falar, pelo dialeto dela (...) [O modo de falar] mostra bastante. Existem várias exceções, não são poucas... Eu mesmo falo errado e eu tô em um curso de Pedagogia da UNICAMP. Mas vendo assim, só por uma fita, eu acho que a melhor fala é a que tem melhor condições (ENTREVISTADO B)*

É bastante significativo o fato de o autor da fala acima apontar que embora ele, do seu ponto de vista, fale errado, ele, **excepcionalmente**, é inteligente e por isso conseguiu entrar em nossa universidade.

É interessante observar que alguns entrevistados, embora fizessem julgamentos equivalentes aos feitos acima, foram mais cautelosos ao fazê-lo, como no excerto abaixo:

*O terceiro tem uma fala... Vamos dizer assim... Um pouco mais... Tem uma palavra pra isso? Eu não sei... não é “correta”... um pouco mais próxima do que acham correta, não sei. A primeira pessoa parece mais humilde, a do meio um pouco menos, a última menos ainda... (ENTREVISTADO S).*

Podemos ver que S chega a refletir sobre qual termo utilizar para qualificar o modo como os falantes falavam, “*Tem uma palavra pra isso? Eu não sei... não é “correta”... um pouco mais próxima do que acham correta, não sei*”. Percebe-se que, para esse licenciando, o modo como o Falante 3 se expressa não é a indiscutivelmente correta, ela é **considerada** correta, o que demonstra que S tem clareza de que o valor atribuído às diferentes variedades do português é arbitrário.

Vejam agora os motivos pelos quais 75% dos sujeitos de pesquisa que afirmaram preferirem dar aula para o Falante 1. Destes, 59% justificaram suas respostas afirmando que, entre os três falantes, o primeiro era o que mais precisava de aulas (Gráfico 6). Também aqui, há indícios de preconceito linguístico por parte dos entrevistados: não há, na fala do Falante 1, nenhum dado objetivo que indique que ele seja ignorante ou pouco perspicaz, tenha uma qualidade de vida ruim ou uma situação financeira pior do que os demais. No entanto, vários licenciandos deduziram que esse era o caso:

*Preferiria lecionar para o primeiro porque eu vejo na educação uma oportunidade de melhorar as condições de uma pessoa. Eu acho que o último não tá precisando tanto quando o primeiro. O primeiro... eu poderia ajudá-lo, através da educação, a ter melhores condições tanto de instrução, quanto de qualidade de vida e de dinheiro, financeiramente... (ENTREVISTADO U).*

*Lecionar? Pro primeiro, porque eu penso que ele seja uma pessoa com menos grau de instrução e que ainda tem muito a aprender e é mais humilde (ENTREVISTADO Q).*

*Eu não acho que ele precise mais, nem que... talvez ele seja tão esperto e tão inteligente quanto os outros. Mas considerando só as coisas que ele falou, seria para o primeiro porque eu acho que ele teve menos oportunidade (ENTREVISTADO M)*

O exame do corpus coletado indica que é razoável supor que a variedade do português utilizada pelo Falante 1 por ser mais distante daquela considerada “cultura” foi a única razão pela qual os entrevistados pressupuseram que ele tinha que estudar mais que os outros dois para “subir na vida”.

\*\*\*

É, justamente, devido às opiniões semelhantes entre uma grande parcela da população e as representações construídas pelos licenciandos nesta pesquisa que os Estudos da Linguagem têm um papel fundamental na questão do combate ao preconceito linguístico. Os Estudos da Linguagem vêm, de há muito, insistindo que todas as variedades linguísticas, do ponto de vista científico, equivalem quanto a sua complexidade e quanto a sua eficiência comunicativa. Porém, como, historicamente, uma das variedades do português foi alçada à posição de variedade “padrão” para garantir a “uniformidade interna” da nação brasileira e o controle político, social e econômico de certos grupos no país, foi sendo criado, no imaginário da população, o mito de que há uma forma do português que é a “correta”, enquanto que às demais caberia o rótulo de “variedades incorretas” (POSSENTI, 1996; BAGNO, 2006; BORTONI e DETTONI, 2001; MAHER, 2007). A imposição de uma variedade sobre as outras se deveu, assim, a questões que vão para além da questão linguística. É importante ressaltar que tal imposição acarretou também na valorização social de uma elite de falantes e na estigmatização de um grande contingente de brasileiros, já que *“uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”* (GNERRE, 1988, p.61).

Considerando às questões que esta pesquisa se propôs (*Que representações os sujeitos de pesquisa constroem acerca das variedades do português? Que representações os sujeitos de pesquisa constroem acerca das identidades de seus falantes?*), podemos dizer que a análise dos dados coletados indicou que, para a maioria dos licenciandos de Pedagogia sujeitos de nossa pesquisa, as diferentes variedades sociolinguísticas do português brasileiro não se referem apenas a simples diferenças no modo de empregar essa língua, mas que uma dessas variedades seria qualitativamente melhor que as outras. Essa variedade é justamente aquela que é chamada e considerada a “norma culta” da língua nacional.

A partir dos resultados apresentados, pudemos enxergar indícios da presença do preconceito linguístico entre vários dos licenciandos do curso de Pedagogia da UNICAMP. Ao basearem suas respostas na maneira como os indivíduos falam, esses licenciandos estabeleceram relações, sem qualquer base objetiva, entre o grau de instrução, a profissão, a facilidade ou dificuldade em aprender, as condições financeiras etc. com a ideia preconceituosa de que quem não utiliza a norma padrão não tem uma boa condição financeira, alto grau de escolaridade etc. Muitos dos entrevistados chegaram a afirmar que o terceiro falante teria mais facilidade de aprendizagem apenas pelo fato de sua fala se

aproximar da norma “cultura” ou porque tem maior grau de escolaridade. No entanto, nada disso pode ser afirmado simplesmente ouvindo uma fala.

Enquanto ao terceiro falante – que representava, justamente, a fala que se aproximava da norma padrão – foi atribuído uma posição econômica e social privilegiada; ao primeiro falante – cuja fala representava o que o senso comum afirma ser um “mau” português – foi atribuído não só uma posição social econômica desfavorecida, como também foi questionada sua capacidade intelectual (dificuldade na aprendizagem).

Alguns poucos licenciandos demonstraram ter alguma consciência do próprio preconceito linguístico, o que nos pareceu salutar, mas a maioria demonstrou nunca ter feito qualquer reflexão crítica sobre a questão. Sabemos, por depoimentos de alunos e professores, que a Faculdade de Educação da UNICAMP vem investindo muito no combate a toda sorte de preconceitos em seus cursos. Os licenciandos em Pedagogia, segundo esses mesmos depoimentos, lêem e discutem muito a questão das diferenças raciais/étnicas, de classe, de gênero etc. Os resultados do estudo exploratório que empreendemos parecem indicar, no entanto, que é preciso fazer investimentos também no que se refere ao preconceito linguístico, de modo que os licenciandos de Pedagogia possam se despir dos próprios preconceitos linguísticos que carregam e possam, em sua futura prática profissional, respeitar as diferenças linguísticas e saber trabalhar com elas em suas salas de aula.

---

### Referências Bibliográficas:

- BAGNO, M (2006). *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, Editora Loyola, SP.
- BORTONI-RICARDO, S. M. e DETTONI, R. V. Diversidades Linguísticas e Desigualdades Sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, M. I. P. e ASSIS-PETERSON, M. A (2001). *Cenas de Sala de Aula*, Mercado de Letras, SP.
- GNERRE, M. Linguagem e poder. In: VOGT, C. A. et al (1988). *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus: coletânea de textos* (v.1), Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, SP.
- HALL, S. The Work of Representation. In: \_\_\_\_\_(org.) (1997). *Representation: cultural representations and the signifying practices*, Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, Londres.
- MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A.B. e CAVALCANTI, M. C. (orgs.) (2007). *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*, Mercado de Letras, SP.
- POSSENTI, S. (1996). *Por que (não) Ensinar Gramática na Escola*. Mercado de Letras, SP.